



MANIFESTO DOS EDUCADORES A CIDADE DE SÃO PAULO

EM DEFESA DA VIDA

NO PAÍS DAS MARAVILHAS, AS AULAS SERÃO RETOMADAS EM SETEMBRO?

Tamanho do Estado de São Paulo em Educação

Educação Infantil = 2,3 milhões

Ensino Fundamental, Médio e EJA = 7,6 milhões

Ensino Superior = 2 milhões

Educação Complementar = 1 milhão

Educação Profissional = 428 mil

Profissionais Docentes e não docentes = 1 milhão

Fonte:

<https://publicadoeducacao.wordpress.com/tag/secretaria-da-educacao-de-sao-paulo/>

Casos Coronavírus (Dados em 25.06.20)

No Mundo > Confirmados = 13 milhões / Óbitos = 573,2 mil

No Brasil > Confirmados = 1,88 milhões / Óbitos = 72 mil

Em São Paulo > Confirmados = 374 mil / Óbitos = 17,8 mil

SP Capital > Confirmados = 178,9 mil / Óbitos = 8,2 mil

FONTE:<https://www.google.com/search?q=casos+de+covid+no+mundo&oq=casoso&aqs=chrome.3.69i57j0j46j0l5.6609j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

(acesso em 14/07/2020)

O Governo do Estado de São Paulo, finalmente anunciou como pensa promover a reabertura das escolas diante da situação pandêmica pela qual passamos. O Sindsep considera importante iniciarmos esta análise com base nos dados apresentados acima. Os números de contaminação pela covid-19 seguem crescendo em ritmo acelerado em São Paulo. De acordo com um inquérito sorológico realizado pela Prefeitura, a capital tem **1,16 milhão de pessoas infectadas** pelo novo coronavírus. O número é maior do que a soma de casos registrados na França e na Espanha.

Mas para além dos números, vamos às principais medidas:

Os municípios devem adequar seus planos de retorno de acordo com as regras estabelecidas para todo o Estado de São Paulo, com previsão de publicação do Plano anunciado, no Diário oficial do Estado, em 02 de julho.

O retorno será em três etapas e começará com até 35% dos alunos presenciais. O restante acompanhará o conteúdo nas plataformas digitais. Ainda não foi esclarecido quais serão os critérios para escolha dos alunos que irão às escolas. Ao atingir a Etapa 2 retornam 70% dos alunos e 100% na Etapa 3, sendo que estas duas últimas não possuem data definida.

Para a implementação da primeira etapa, com retorno de 35% dos alunos, com previsão em 8 de setembro, todas as cidades do estado devem ter permanecido na fase amarela (fase 3) do plano de flexibilização da economia, o chamado Plano São Paulo, por pelo menos 28 dias.

As Redes municipais têm que ter merenda escolar, tem que ter os insumos necessários, e os itens de proteção adquiridos.

Para a segunda etapa, com até 70% dos alunos nas escolas, 60% das cidades devem ter permanecido por ao menos 14 dias na fase 4 (verde). Já o retorno completo só acontecerá quando todos os departamentos regionais estiverem na fase 4 de reabertura.

De acordo com o protocolo, as escolas devem se adequar para:

Distanciamento obrigatório de 1,5 m entre as pessoas;

Uso de máscaras; o governo será responsável por providenciar as máscaras e outros equipamentos de proteção para a rede estadual, como luvas para funcionários da limpeza e “Face Shields” para **alguns** funcionários.

Organizar os horários de entrada e saída dos alunos para evitar aglomerações;

Intervalos e recreios serão feitos em horários alternados, com revezamento de turmas;

Atividades de educação física podem ser realizadas mediante cumprimento do distanciamento de 1,5 m, preferencialmente ao ar livre.

Fica proibida a realização de feiras, palestras, seminários, competições esportivas e assembleias.

O uso de bebedouros compartilhados também será proibido —cada aluno e funcionário deverá ter seu próprio copo ou garrafa de água.

O governo será responsável por providenciar as máscaras será obrigatório para alunos, professores e funcionários dentro das escolas.

E sobre a defasagem de aprendizagem sinaliza com planos de recuperação por cerca de dois anos, sem detalhar o que o Governo tem em mente.

Da mesma forma, durante o pronunciamento, sem oferecer detalhes, demonstra total desconhecimento do trabalho desenvolvido na Educação Infantil, pois em vários momentos excetua as regras para EI sem explicitar os motivos destas exceções. E entrevista ao SPTV (adotado como única forma de comunicação da SME, além do site), o Secretário Bruno Caetano também divulgou o retorno em 08 de setembro, inclusive da Educação Infantil, o que desdisse no jornal seguinte. A Secretaria Municipal de Educação segue a mesma linha de raciocínio ao publicar minuta de protocolo de retorno, pautado na apresentação do Governo do Estado e sem qualquer participação das famílias e profissionais em sua elaboração.

Segundo o Currículo da Cidade: “... A escola é um lugar onde se aprende a conduzir a existência, tendo em vista o interesse comum, e não apenas os desejos e interesses individuais. Na Educação Infantil, os espaços possibilitam o exercício da ação coletiva e da autonomia dos bebês e das crianças nas suas investigações, isto é, na sua descoberta de si e dos outros e no conhecimento do mundo.” (currículo da Cidade Educação Infantil, página, 23).“ Diante disto, e em defesa de uma Educação infantil de qualidade que respeita e acolhe as diversidades culturais, às especificidades de cada criança e suas famílias, entendemos que as condições atuais são inseguras para uma volta diante do cenário atual diante de uma Pandemia em evidente

ascensão. A arquitetura das unidades educacionais não prima pela boa ventilação dos espaços, banheiros que sequer apresentam pontos de ventilação e exaustores que possibilitem aeração destes espaços. Os refeitórios são pequenos e os horários para as refeições, seja nestes espaços ou em salas não permitem garantias adequadas, bem como as salas são medidas e pensadas para atendimento de determinado número de crianças com base na faixa etária a e sem considerar distanciamentos ou novos protocolos.

Os dados que iniciam esta matéria, servem para ilustrar a situação que nos aguarda a partir de setembro. Em um país onde não houve investimento em testagem dos trabalhadores dos serviços essenciais e não essenciais, bem como da população como um todo. Sequer possui exatidão na divulgação dos dados devido a subnotificação, devendo representar um número três vezes maior de notificações confirmadas e de óbitos. Os investimentos no Estado e na Capital serviram apenas para aproveitamento da pandemia para o lucro dos especuladores da área da saúde, haja visto a proposta de fechamento dos hospitais de campanha, após milhões de reais investidos. Neste sentido, entendemos que fomos geridos até o momento pela estatística em relação ao número de ocupação de leitos, sendo os óbitos reduzidos a uma simples questão numérica.

É neste cenário que lamentamos a falta de compromisso com a população paulista e paulistana, que tem nesta coletiva de imprensa o exemplo nítido do compromisso dos governantes com o empresariado, onde o lucro fala mais alto do que as vidas. Independente das consequências negativas que o retorno às aulas pode representar, os Governos Dória/Covas precisam atender a pressão financeira e mais uma vez testar possibilidades em detrimento da vida. O risco da transmissão cruzada está desconsiderado, apesar de experiências em outros países darem conta do segundo pico da epidemia ao testarem possibilidades de reabertura.

Ainda dentro destas necessidades, o Sindsep entende que, em especial, a educação infantil não deve retornar em 2020. Em que pese a pressão da mídia, empresas e algumas famílias (que foram impelidas para o retorno ao trabalho pela flexibilização do isolamento social imposta pelo Poder Público, jamais compactuaremos com o infanticídio pensado pelo Governo. No Ensino Fundamental, médio e EJA, seguimos a mesma linha de pensamento e pautamos uma possível retomada somente após garantirmos as reivindicações acima. Em que pese termos acordo de que os finais de ciclo devam ser os primeiros a serem retomados gradualmente, desde que em situação controlada da epidemia, o que talvez se dê somente em 2021.

O Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola – CRECE, órgão colegiado, de caráter deliberativo, se posicionou: “É de conhecimento da comunidade escolar, a dificuldade de se manter atividades educativas de forma remota, no entanto, planejar o retorno presencial neste momento, sem condições sanitárias suficientes para que crianças, jovens e adultos sejam atendidos com segurança, não nos parece a melhor saída. É preciso envolver as famílias e demais organizações sociais nesta discussão. Mais do que nunca é preciso dialogar com o Comitê Emergencial de Crise da Educação, criado pela Câmara Municipal e, principalmente, ouvir os pais e responsáveis pelas crianças matriculadas nas unidades educacionais da rede municipal. **“Todas as vidas importam!! Retorno presencial somente com curva descendente, taxa de contaminação adequada e/ou existência de vacina contra a COVID -19!!”**

Abolimos a ideia de recuperação de aprendizagens. Não é ético por parte do Governo criar tal expectativa nas famílias e educandos. O currículo a ser construído coletivamente, não pode ser uma farsa, ilusório (um faz de conta). Apesar de todo o esforço dos educadores temos a honestidade de dizer que o desenvolvido durante este processo de ensino remoto, com toda a

força de vontade e dificuldades não atingiu a todos e para além das disciplinas curriculares precisamos alinhar o nosso fazer pedagógico ao conceito de acolhimento, pautado no eixo humanizador da educação. Do contrário nos fecharemos a ideias herméticas de cumprimento de uma grade distante do universo dos alunos, onde sabemos que as perdas familiares jamais serão superadas neste processo, em especial, se ignorarmos a realidade vivida por todos.

Da mesma forma, não podemos admitir que a discussão sobre um provável retorno não envolva os trabalhadores por meio de suas entidades de classe. Por decisão unilateral, o Bruno Covas e Caetano antecipou o recesso escolar dos trabalhadores da Educação (23.03 a 09.04), em uma alusão de que momento de incertezas e tensões vividos no Brasil neste período pudesse ser considerado para repouso e reposição das energias necessárias em área tão complexa e exaustiva no cumprimento das tarefas de um (a) educador (a).

Diante da sinalização dos secretários de educação em finalizar o ano letivo de 2020 em fevereiro de 2021 identificamos um outro grande problema matemático. Somados os dias letivos anteriores ao Decreto de Estado de Emergência, e o período vindouro após setembro, não há garantias do cumprimento das 800 horas referendadas pela LDB, caso não se considere de forma ampliada o tempo desenvolvido durante o ensino remoto, o desenvolvimento de atividades extraclasse, a utilização dos sábados restantes ao cumprimento da carga horária e o pior de todas as estratégias, além dos sábados é a possível antecipação das férias escolares de janeiro para julho ou agosto (portanto, anterior a data prevista para o retorno) e assim considerar o mês de janeiro como dia letivo. De antemão, nos antecipamos a prováveis anúncios desta espécie e alertamos os trabalhadores de que não aceitaremos que diante de todo desgaste sofrido por todos, não sejam considerados períodos necessários ao devido reestabelecimento do equilíbrio mental e físico para a retomada das atividades. Neste sentido, perguntamos se o custo/benefício da manutenção do ano letivo de 2020 é mais importante que a integridade dos trabalhadores que atualmente sofrem pressão de SME, acima do que podem suportar. E se necessário o Sindsep se antecipa e buscará, na justiça, se necessário, a garantia universal ao a condições de trabalho dos profissionais de educação.

Pelas medidas apresentadas, podemos dizer que apesar de ter a disposição de retorno ao cumprimento da função do educar de forma presencial, **a educação não volta** se não houver:

- a garantia de segurança sanitária;
- testagem para todos (a começar pelos que estão em plantão nas unidades);
- estudos de viabilidade de retorno em consonância com a realidade local de cada unidade educacional;
- apoio estrutural e técnico nas atividades tecnológicas aos profissionais, alunos e familiares;
- manutenção em trabalho remoto de todos os incluídos no grupo de risco e o retorno somente após a anuência médica;
- descolar o currículo de questões distantes do que vivem as famílias e o território, focando o acolhimento dos envolvidos, inclusive os profissionais da educação;
- o fornecimento de todos os equipamentos necessários de proteção às famílias e profissionais, com qualidade e quantidade suficiente para os vários turnos;
- adequação total das unidades escolares de acordo com as recomendações da OMS;
- implantação de um plano de atendimento e acompanhamento especializado na saúde dos trabalhadores da educação;
- a garantia epidemiológica de que o Brasil apresenta quedas consideráveis de infecção;

- condições vacinais para todos!

Para sensibilizar o debate de ação pública tão significativa para a preservação de vidas, os Representantes Sindicais de Unidade do Sindsep propõem o lançamento da **CAMPANHA: QUEREMOS VOLTAR, MAS COM A GARANTIA DE VIDA AOS PROFISSIONAIS E FAMÍLIAS!**

E para tanto passa a adotar alguns encaminhamentos relacionados ao desenvolvimento da Campanha:

- 1 - Criar card com frases diferenciadas da Campanha
- 2 - Criar marca para foto de perfil no Facebook
- 3 - Vídeos curtos dos presidentes das federações da Confetam: aqui as aulas não voltam pq... envolvendo os estados no âmbito dos municipais neste debate
- 4 - Fotos, áudios e vídeos, cartazes dos pais e profissionais em defesa da vida, em especial, justificando por parte das famílias o porquê seus filhos não retornam a escola este ano
- 5 – Sensibilizar para que todas as unidades discutam a situação do retorno com o Conselho de Escola e divulguem o posicionamento deliberado
- 6 - Abrir link para coletar informações sobre profissionais e famílias infectadas e casos de óbitos na capital, que envolvam a comunidade escolar
- 7 - Realizar lives com entidades parceiras, famílias e profissionais
- 8 - Propor campanha unificada com servidores estaduais e municipais
- 9 – Dar abertura para reflexões formativas por meio do site da Secretaria de Formação do Sindsep
- 10 – Criar o Estado Permanente de Mobilização dos trabalhadores da educação, dando início a atividades que se antecipem a possíveis paralizações de alerta e construção de greve, se necessário, caso não sejam dadas as condições para o retorno
- 11 – Desenvolver ações e debates intersetoriais com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre a situação epidêmica
- 12 – Desenvolver aparatos de proteção e orientação aos profissionais e famílias quanto ao não retorno em situação de risco
- 13 – Buscar espaços de denúncias em órgãos legais de proteção ao cidadão, tais como: Ministério Público, Defensoria Pública etc.
- 14 – Dar publicidade a todos os documentos e manifestos elaborados por vários setores da sociedade.

Juntos Somos Fortes! Juntos Somos o SindsePI!

**Representantes Sindicais de Unidade e
Conselho Regional de Representantes**

**Secretaria de Políticas para as Trabalhadoras
e os Trabalhadores da Educação do Sindsep**

Julho/2020